Monitor Mercantil

EDIÇÃO NACIONAL ● R$ 3,00
Terça-feira, 20 de setembro de 2022
Ano CVII ● Número 29.205
ISSN 1980-9123

INÊS 249

Siga: twitter.com/sigaomonitor
Acesse: monitormercantil.com.br

TV CONECTADA NA SUA ESTRATÉGIA DE MARKETING

Boa maneira de aumentar o reconhecimento da marca e reforçar resultados.
Por Gabriel Mazzutti, **página 2**

NFTS: OS NOVOS QUERIDINHOS DOS HACKERS

Foram roubados mais de US$ 100 mi em tokens não fungíveis neste ano.
Por Otto Pohlmann, **página 2**

OS VÍCIOS DA PORTARIA 7.163/2021

Determinação limita alcance da Lei que criou o Perse.
Por Fernando Lima (foto) e Matheus Gomes, **página 4**

Marcelo Casal Junior/ABr

Petrobras reduz em R$ 0,30 preço do diesel nas refinarias

A Petrobras anunciou nesta segunda-feira a redução no preço do diesel A vendido às distribuidoras de combustíveis em R$ 0,30, a partir desta terça. Com a mudança, o litro do diesel A fornecido pela empresa passará a custar R$ 4,89.

A queda no preço equivale a 5,78% e, segundo a estatal, "acompanha a evolução dos preços de referência e é coerente com sua prática de preços".

Em 31 de dezembro de 2018, imediatamente antes da posse de Jair Bolsonaro, o diesel era vendido nas refinarias da Petrobras por R$ 1,8545.

A Petrobras explica ainda que, como o diesel vendido nos postos tem uma mistura obrigatória de 20% de biodiesel, a parcela do diesel A no preço final passará de R$ 4,67, em média, para R$ 4,40, a cada litro vendido.

O preço do diesel comercializado pela Petrobras teve aumento pela última vez em 18 de junho, quando chegou a R$ 5,61 o litro. Desde então, o valor foi reduzido em R$ 0,20, em 5 de agosto; e em R$ 0,22, em 12 de agosto. **página 6**

Pré-sal: cresce 3% a média de produção de petróleo

Em julho, a média diária da produção de petróleo no regime de partilha alcançou 691 mil barris por dia (bpd), revelando aumento de 3% em relação ao mês anterior, de acordo com o Boletim Mensal dos Contratos de Partilha de Produção, divulgado nesta segunda-feira pela Pré-Sal Petróleo (PPSA). Desde o início da série histórica, em 2017, a produção acumulada em regime de partilha de produção somou 229,2 milhões de barris de petróleo, dos quais 16 milhões couberam à União.

Atualmente, seis contratos estão em produção, sendo Búzios o responsável pela maior produção (422 mil bpd), seguido de Sépia (100 mil bpd), Libra (86 mil bpd), Atapu (72 mil bpd), Entorno de Sapinhoá (7 mil bpd) e Sudoeste de Tartaruga Verde (4 mil bpd). A média diária da parcela do óleo da União nos contratos, em julho, atingiu 27,9 mil barris, sendo a maior parte oriunda de Libra (13,4 mil bpd).

Pacheco propõe nova repatriação de recursos para cobrir piso da enfermagem

Minoria defende uso do Orçamento Secreto para ter recursos

O presidente do Senado, Rodrigo Pacheco, defendeu a aprovação de quatro projetos de lei como forma de viabilizar o pagamento do piso salarial dos enfermeiros. O tema foi debatido durante reunião de líderes virtual nesta segunda-feira.

O piso de R$ 4.750 para enfermeiros, R$ 3.325 para técnicos de enfermagem e R$ 2.375 para auxiliares de enfermagem e parteiras está previsto na Lei 14.434, sancionada em agosto. Neste mês, o Supremo Tribunal Federal (STF) suspendeu a aplicação da norma por 60 dias. O prazo deve ser usado para que entes públicos e privados da área da saúde esclareçam o impacto financeiro, os riscos para a empregabilidade no setor e eventual redução na qualidade dos serviços.

Os quatro projetos de lei defendidos por Pacheco são os seguintes:

PLP 44/2022: o projeto de lei complementar do senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) permite que estados e municípios possam realocar recursos originalmente recebidos para o combate da Covid-19 para outros programas na área da saúde. A matéria aguarda distribuição para as comissões permanentes do Senado.

PL 798/2021: o projeto de lei do senador Rodrigo Pacheco (PSD-MG) reabre por 120 dias o prazo de adesão ao Regime Especial de Regularização Cambial e Tributária (RERCT). Conhecido como programa de repatriação de recursos, o regime foi criado em 2016 e, até o ano seguinte, trouxe de volta ao Brasil cerca de R$ 179 bilhões. O texto aguarda parecer do relator, o senador licenciado Renan Calheiros (MDB-AL).

PL 458/2021. de autoria do senador Roberto Rocha (PTB-MA), o projeto cria o Regime Especial de Atualização Patrimonial (Reap). O objetivo é permitir a atualização de valores e a correção de dados de bens móveis e imóveis de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas residentes ou domiciliadas no Brasil, com a consequente aplicação de alíquota especial do Imposto de Renda sobre o acréscimo patrimonial e a exclusão de penalidades decorrentes da omissão objeto de correção. A matéria foi aprovada pelos senadores e aguarda votação na Câmara dos Deputados.

PL 1.417/2021: do senador Luis Carlos Heinze, a proposta prevê o pagamento de um auxílio financeiro pela União para as santas casas e hospitais filantrópicos sem fins lucrativos. O benefício é estimado em R$ 3,34 bilhões. O texto foi aprovado pelos senadores e encaminhado à análise dos deputados.

Durante a reunião desta segunda-feira, os líderes partidários apresentaram outras medidas que podem ser consideradas para financiar o piso dos enfermeiros. O líder da Minoria, senador Jean Paul Prates (PT-RN), sugeriu que as emendas do relator-geral do Orçamento (RP9) sejam usadas para pagar os servidores da rede pública e dos hospitais filantrópicos.

De acordo com Jean Paul, a proposta recebeu o apoio de parlamentares da base de apoio ao governo e da oposição. Recursos já destinados para a área da Saúde seriam "carimbados" como fonte de recursos para o pagamento do piso. A mudança dependeria da aprovação de uma proposta de emenda à Constituição, que o parlamentar pretende apresentar nesta segunda-feira.

- A proposta que fizemos foi de utilização das RP9, do orçamento secreto. Consistiria em carimbar R$ 10 bilhões que já são para a Saúde, mas estão livres para atendimentos paroquiais. O que se faria nesse caso seria carimbar isso para o pagamento do piso da enfermagem, pelo menos no Orçamento deste ano. Isso ajudaria a pagar de fato essa conta - afirmou.

Governo e corporações dos EUA agravam crise global de alimentos

Os comportamentos especulativos das empresas de Wall Street e dos gigantes de grãos nos mercados globais, juntamente com o apoio do Governo dos EUA a esses negócios, agravaram a crise global de alimentos no contexto do conflito em curso na Ucrânia, disse um especialista norte-americano.

Frederic Mousseau, diretor de Políticas do Oakland Institute, destacou que um grande problema é o aumento de preços derivado da especulação nos mercados por empresas de investimento e grandes corporações de alimentos.

Assim que a crise na Ucrânia estourou, "um punhado de especuladores saltou para o chão para comprar futuros de alimentos, apostando no mercado. Consequentemente, os preços ficaram muito caros", disse Mousseau à agência de notícias Xinhua.

O especialista, que trabalha nessas questões há quase duas décadas, argumentou que o mercado global de alimentos é fundamentalmente dominado e controlado por algumas empresas norte-americanas e europeias. "Vimos lucros enormes, no ano passado, para essas empresas", disse Mousseau, referindo-se aos lucros crescentes das grandes gigantes globais de alimentos.

"Essas empresas se beneficiaram do aumento dos preços, às custas de muitos países pobres que não podem comprar alimentos adequadamente no mercado global devido à manipulação "insana", denunciou Mousseau.

Dados da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO) mostram que o Índice de Preços de Alimentos subiu para 159,7 em março, ante 135,6 em janeiro e 125,7 registrados em 2021.

Argentina: FMI aprova 2ª revisão de acordo

A equipe técnica do Fundo Monetário Internacional (FMI) aprovou nesta segunda-feira a segunda revisão do acordo financeiro com a Argentina, que permitirá ao país acessar cerca de US$ 3,9 bilhões nas próximas semanas, informou a instituição.

O FMI indicou por meio de um comunicado que sua equipe e as autoridades argentinas "chegaram a um acordo em nível de equipe técnica sobre a segunda revisão sob o acordo de 30 meses SAF (Serviço Estendido do Fundo) da Argentina".

A nova aprovação corresponde ao cumprimento das metas quantitativas para o segundo trimestre pelo governo argentino e terá que aguardar o aval definitivo da Diretoria Executiva do FMI para que o novo desembolso seja liberado.

"O acordo está sujeito à aprovação da Diretoria Executiva do FMI, que deverá se reunir nas próximas semanas. Concluída a revisão, a Argentina terá acesso a cerca de US$ 3,9 bilhões (3 bilhões de Direitos Especiais de Saque)", anota a declaração.

A organização multilateral indicou que "as medidas recentes e decisivas destinadas a corrigir retrocessos anteriores estão ajudando a restaurar a confiança e fortalecer a estabilidade macroeconômica, inclusive por meio da reconstrução das reservas internacionais".

O FMI também enfatizou que os objetivos contidos no acordo com a Argentina relacionados à redução fiscal, fortalecimento das reservas e emissão monetária, entre outros pontos, permanecerão inalterados até 2023.

COTAÇÕES

Dólar Comercial	R$ 5,2367
Dólar Turismo	R$ 5,3750
Euro	R$ 5,1878
Iuan	R$ 0,7522
Ouro (gr)	R$ 279,06

ÍNDICES

IGP-M	-0,70% (agosto)
	0,21% (julho)
IPCA-E	
RJ (junho)	0,46%
SP (junho)	0,79%
Selic	13,75%
Hot Money	0,63% a.m.

Por que incluir a TV Conectada na sua estratégia de marketing?

Por Gabriel Mazzutti

A maneira como consumimos entretenimento mudou drasticamente na última década, mas a publicidade na TV permaneceu praticamente igual. Da mesma maneira, ou talvez até com maior intensidade, o marketing mudou e novas formas e canais foram sendo criados.

A tecnologia proporcionou a criação de diferentes possibilidades de fazer publicidade. O acesso a dados de consumo revelou preferências e hábitos, e permitiu a criação da mídia programática, que, em tese, ofereceria o produto certo para o cliente certo na hora certa. Depois do uso indiscriminado de dados, colocando em risco a privacidade de indivíduos, o mercado entendeu que seria necessário criar novos caminhos. E aí a tecnologia entrou em ação mais uma vez, possibilitando a combinação de dados de forma inteligente e segura.

Nesse cenário, a TV conectada (CTV) tem se destacado como um canal que pode e deve ser explorado pelos profissionais de marketing. Os consumidores procuram cada vez mais por conteúdo premium, acessando-o de onde e quando quiserem, em vários dispositivos e serviços, incluindo a CTV.

Para acompanhar, as marcas devem implementar estratégias baseadas em pessoas que atinjam com precisão seu público com uma experiência enxuta. A identidade é a chave para conectar o cenário fragmentado da TV. Ao alavancar dados determinísticos, uma identidade central conecta os espectadores de TV com dados robustos, incluindo dados de terceiros, vendas e exposição na mídia. As campanhas têm melhor desempenho quando você sabe quem está por trás da tela.

Assim, com a CTV os profissionais de marketing podem superar a fragmentação da audiência e medir a TV da mesma forma que fazem no digital, pois esse canal combina o poder do formato da TV com os recursos de endereçamento e atribuição do marketing digital, bem como a capacidade de coordenar com outros canais digitais para mensagens sequenciais e gerenciamento de frequência entre canais.

Se você ainda está em dúvida se deve incluir a CTV na sua estratégia de marketing, listo abaixo alguns pontos para te ajudar a refletir!

> Boa maneira de aumentar o reconhecimento da marca e reforçar seus resultados

1 – Alcançar as pessoas onde elas estão

As melhores campanhas de marketing atingem os consumidores onde eles estão, e é fato que as pessoas estão cada vez mais presentes em dispositivos conectados.

– Um estudo publicado pelo e-marketer mostra que os gastos com anúncios de TV tradicional começarão a ter uma queda gradual. Por outro lado, a publicidade CTV compensará essas perdas;

– A CTV vai crescer a taxas de dois dígitos até 2026 e ultrapassará a metade do valor investido na TV tradicional;

– O mesmo estudo mostra ainda que a previsão de gastos com anúncios de CTV nos EUA, para 2022, é de US$ 19,10 bilhões, sendo que até o final de 2026, essa previsão atingirá mais que o dobro, US$ 38,83 bilhões.

– Globalmente, o streaming aumentou 266% nos últimos três anos.

2 – Segmentação mais precisa a um custo menor

Se você deseja alcançar homens entre 25 e 35 anos, pode gastar mais milhares de reais em um comercial de TV de 30 segundos que alcance uma audiência nacional. Se o seu produto tem o potencial de atrair milhões de homens e render dezenas de milhões de reais em vendas, a recompensa vale a pena. Mas se você está vendendo algo para um público mais restrito, como praticantes de corrida do sexo masculino, será muito mais difícil por meio da publicidade tradicional na TV.

A CTV pode ser uma maneira mais eficiente de usar seu orçamento porque é muito mais direcionada. Os anúncios na CTV permitem que as marcas segmentem um público específico por meio de atributos comportamentais, demografia e localização, rastreando-os por meio de análises detalhadas. Isso elimina a adivinhação de determinar a rede, horário ou programa certo.

3 – É mais difícil para os espectadores desativar ou mudar o canal

Com a publicidade tradicional na TV, os telespectadores podem pular os comerciais mudando de canal. Os anúncios CTV são mais difíceis de pular quando os espectadores já optaram pelo programa que desejam assistir.

Sim, eles podem silenciar o anúncio, mas os anúncios CTV são significativamente mais curtos do que o intervalo comercial médio.

4 – Possibilidade de medir o sucesso com relatórios em tempo real

Com os anúncios de TV, os anunciantes só recebem relatórios de desempenho depois que uma campanha está em execução há um mês ou mais. Como a publicidade CTV é hospedada por uma plataforma digital, você pode ver os resultados praticamente a qualquer momento e fazer os ajustes necessários, assim como faria com a publicidade paga por clique.

Enfim, como outras formas de publicidade nativa, a publicidade CTV é uma boa maneira de aumentar o reconhecimento da marca e reforçar seus resultados. Contudo, é fundamental que você tenha a tecnologia certa para garantir que sua estratégia seja executada de maneira eficaz e que permita a avaliação dos resultados de forma efetiva.

Gabriel Mazzutti é head de Addressability da LiveRamp.

NFTs: os novos queridinhos dos hackers

Por Otto Pohlmann

São apenas três letras, mas que juntas representam uma modalidade de negócio que está atraindo empresas de diferentes setores. O NFT, sigla para token não fungível, está na moda por representar uma nova forma de transação no ambiente digital – a ponto de estruturar o caminho para o desenvolvimento de projetos no Metaverso.

Em suma: já são uma realidade e vieram para impactar e transformar o mercado financeiro como um todo. A questão é que essa valorização também acarreta um ônus perigoso: os cibercriminosos. Este tipo de ativo passou a ser bastante visado pelos hackers, que estão sempre em busca de brechas para burlar sistemas e aplicar golpes em empresas e pessoas.

Um grande exemplo foi o caso ocorrido em maio deste ano. O canal no Discord da plataforma OpenSea – maior marketplace de negociação de NFTs do mundo – sofreu um ataque cibernético com um golpe conhecido como phishing. Os criminosos postaram um falso anúncio de que a plataforma estaria se juntando ao YouTube para uma nova coleção de tokens não fungíveis, afirmando que quem clicasse em um link poderia emitir os NFTs de graça. O link direcionava os usuários a um site que pedia dados pessoais. Antes, em fevereiro, a mesma plataforma já tinha perdido cerca de US$ 1,7 milhão devido a ação de hackers.

O que faz os cibercriminosos crescerem os olhos nos NFTs é justamente o aumento exponencial de transações envolvendo esse criptoativo. Os tokens não fungíveis representam ativos únicos, ou seja, considerados raros que são regulados pelos smart contracts, garantindo a validade das informações criptografadas. Por conta disso, se tornaram opções interessantes para diferentes setores. Isso inclui desde bens culturais, como música e arte plástica, até ativos de investimento no mercado financeiro, produtos no varejo, entre outras situações. Os NFTs estão por toda a parte por oferecerem a praticidade e eficiência esperada em transações digitais.

Dessa forma, mesmo que haja sinais de que a bolha está estourando, o mercado dos tokens não fungíveis já movimentou US$ 30 bilhões em todo o mundo apenas nos cinco primeiros meses de 2022 – ao longo de 2021, o valor transacionado foi de US$ 40 bilhões, segundo estimativa da Chainalysis. O volume de operações também seguirá crescendo. Projeção da Juniper Research indica que o número global de transações NFT deve saltar de 24 milhões em 2022 para 40 milhões em 2027 – um crescimento de 66,6% em cinco anos.

> Foram roubados mais de US$ 100 mi em tokens não fungíveis neste ano

Convenhamos, números valiosos que realmente despertam a atenção de cibercriminosos. Não à toa, a Elliptic, empresa de blockchain, divulgou que foram roubados mais de US$ 100 milhões em tokens não fungíveis apenas neste ano em todo o mundo. Basta uma rápida busca no Google para encontrar diversas outras companhias que sofreram com invasões de hackers quando o assunto são NFTs.

Esses ataques reforçam a necessidade de segurança das informações de empresas e de seus clientes. Para evitá-los, é preciso proteger todos os pontos de um negócio, prezando por soluções modernas e eficazes. Isso inclui, por exemplo, desde soluções mais comuns, como proteção de senhas e logins dos colaboradores, até aplicações mais robustas capazes de oferecer mais uma camada de segurança na rede corporativa, como ferramentas que "varrem" os sistemas em busca de possíveis anormalidades. Com o apoio dos melhores fornecedores, é possível encontrar as ferramentas que atendem os diferentes objetivos e necessidades da organização, conseguindo criar uma política de segurança.

Economizar em segurança nunca é a melhor saída. Os esforços para corrigir esse tipo de ataque saem muito mais caros, e as perdas podem não ser somente financeiras. Afinal, nem sempre é possível recuperar algumas informações roubadas. Mas não basta apenas oferecer soluções de segurança engessadas, pois assim como a sociedade altamente conectada está em constante mudança, as ferramentas precisam seguir o mesmo ritmo.

Otto Pohlmann é CEO da Centric Solution.

Monitor Mercantil

Monitor Mercantil S/A
Rua Marcílio Dias, 26 - Centro - CEP 20221-280
Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: +55 21 3849-6444

Monitor Editora e Gráfica Ltda.
Av. São Gabriel, 149/902 - Itaim - CEP 01435-001
São Paulo - SP - Brasil
Tel.: + 55 11 3165-6192

Diretor Responsável
Marcos Costa de Oliveira

Conselho Editorial
Adhemar Mineiro
José Carlos de Assis
Maurício Dias David
Ranulfo Vidigal Ribeiro

Filiado à
ANJ Associação Nacional de Jornais

Serviços noticiosos:
Agência Brasil, Agência Xinhua

Empresa jornalística fundada em 1912
monitormercantil.com.br
twitter.com/sigaomonitor
redacao@monitormercantil.com.br
publicidade@monitor.inf.br
monitorsp@monitor.inf.br

Assinatura
Mensal: R$ 180,00
Plano anual: 12 x R$ 40,00
Carga tributária aproximada de 14%

Marcos de Oliveira
Redação do MM
fatos@monitormercantil.com.br

Petrobras já vendeu mais de R$ 263 bi em ativos

Desde o início da "política de desinvestimentos", em 2015, a Petrobras já vendeu o equivalente a mais de R$ 263 bilhões em ativos (de acordo com o Privatômetro/OSP atualizado em maio de 2022). "É uma privatização fatiada, mas contínua e enorme", conforme mostra o "Dossiê Petrobrás para os brasileiros", lançado pelo Observatório Social do Petróleo (OSP) e pela Federação Nacional dos Petroleiros (FNP). A publicação, que tem Eric Gil Dantas como pesquisador responsável, mostra a importância da Petrobras para a conquista da Soberania Nacional e desmente os argumentos daqueles que lutam para diminuir ou mesmo afastar a empresa de seu papel histórico.

As subsidiárias que já foram vendidas são algumas das maiores empresas do país, tais como a BR Distribuidora (hoje Vibra Energia), Liquigás, NTS, TAG e Gaspetro. Mas também outros ativos muito valiosos, como as refinarias (Mataripe na Bahia e Reman em Manaus), campos de petróleo e gás, termelétricas e ativos essenciais para uma transição energética limpa, como a Petrobras Biocombustível (PBio), unidades de processamento de gás natural, entre outros ativos. Além disto, 82% destas vendas (excetuando as que foram feitas por mercado de ações) foram para empresas estrangeiras, principalmente do Canadá, França e Noruega.

Monarquia em baixa

A mídia ocidental prossegue com sua hipercobertura da morte da Rainha Elizabeth II – a análise do interesse do público fica a cargo de cientistas sociais e especialistas em comunicação.

Do ponto de vista político e econômico, o que se busca é a legitimação do poder financeiro e sua perpetuação através do sucessor, Charles III.

Uma tarefa difícil: se a rainha teve a seu favor a longevidade de uma figura histórica, o filho chega ao trono com pouco carisma e cercado de desconfianças. Entre jovens britânicos ouvidos por este colunista, o sentimento geral era de uma simpatia por Elizabeth, não pela monarquia.

Patrimônio

O projeto Música no Museu foi declarado Patrimônio Cultural Imaterial do Rio de Janeiro pela Câmara Municipal. O projeto transformado na Lei 7.521 é de autoria dos vereadores Chico Alencar (PSOL), Carlos Caiado (sem partido) e Átila A. Nunes (PSD).

Rápidas

Os 20 anos do Código Civil serão tema do webinário Papo com o IAB de terça a quinta, no Instituto dos Advogados Brasileiros (IAB), a partir das 9h *** O Américas Shopping e o Supera promovem, neste sábado, às 16h, palestra ministrada por Cláudia Alves, criadora do canal "O Bom do Alzheimer" *** Também no sábado, o projeto "Gentilezinha e Sua Turma na Rocinha" fará uma apresentação especial aos estudantes das escolas municipais da região, encerrando o Campeonato Soletrando *** O advogado Gabriel Leonardos, sócio do escritório Kasznar Leonardos, fará palestra no "Fashion Law e o Marketing Jurídico", promovido pela Comissão de Direito da Moda da OAB/RJ. A programação aborda os desafios enfrentados na constante transformação do Direito da Moda. Inscrições: lnkd.in/d68Njffv *** Fernando Silva assumiu a posição de diretor adjunto de Vendas da Volkswagen do Brasil.

Novo Auxílio Brasil sai a duas semanas das eleições

O Ministério da Cidadania começou a liberar nesta segunda-feira o pagamento de R$ 600 correspondente ao Auxílio Brasil. A previsão da pasta é que mais de 20 milhões de famílias sejam beneficiadas. Os depósitos serão feitos conforme o final do Número de Identificação Social (NIS), começando pelo final 1, e seguem até 0 no dia 30 deste mês.

O ministro da Cidadania, Ronaldo Bento, lembrou que a pasta conseguiu zerar a fila do benefício. Segundo ele, nenhuma família com cadastro regular no Cadastro Único ficou de fora do recebimento do Auxílio Brasil este mês.

A novidade, a partir deste mês de setembro, de acordo com o ministro, é o cartão virtual do programa, disponível no aplicativo Caixa Tem. A ferramenta permite que as famílias possam, por exemplo, fazer compras por comércio eletrônico e por QR code. O cartão virtual não invalida o cartão físico que, segundo ele, segue sendo distribuído.

"Vai estar disponível para todas as mais de 20 milhões de famílias, inclusive aquelas que ainda não receberam o novo cartão físico. O cartão virtual chega na frente para as famílias que ainda não receberam o novo cartão do Auxílio Brasil para ir treinando e usufruindo dessas novas funcionalidades, mas o cartão físico continua e vem sendo distribuído", disse o ministro.

Ronaldo Bento destacou que famílias que ainda não recebem o benefício podem procurar o posto de atendimento do Cadastro Único ou o centro de assistência social do seu município e fazer o cadastro. Outra opção é baixar o aplicativo do Cadastro Único

Seguro obrigatório para indenizar desastres causados por chuvas

O Projeto de Lei 1410/22 cria o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais e Materiais, para indenização de prejuízo causado por desastre natural relacionado a chuvas. O texto em análise na Câmara dos Deputados prevê que a cobrança do seguro se aplicará a todo imóvel residencial localizado em área urbana ou rural.

Segundo a Agência Câmara de Notícias, conforme a proposta, o prêmio anual (preço pago pelo segurado) será baseado em alíquota previamente definida sobre o valor de venda do imóvel. Essa alíquota deverá ser maior nas áreas indicadas no plano diretor municipal como mais suscetíveis à ocorrência de deslizamentos, inundações ou processos correlatos.

Ainda segundo o texto, o imóvel ocupado exclusivamente por morador de baixa renda terá alíquota reduzida. Já aquele ocupado por família inscrita no Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) cuja renda familiar mensal per capita seja inferior ou igual a 0,5 salário mínimo (R$ 606 hoje) será isento do prêmio.

Cobertura

Os danos pessoais cobertos pelo seguro compreenderão indenizações por morte ou invalidez permanente (total ou parcial). O pagamento dos danos materiais será efetuado mediante comprovação de moradia no local afetado pelo desastre e do eventual prejuízo, mediante laudo técnico de profissional habilitado.

Não haverá indenização quando houver recusa injustificável para desocupação do imóvel em área de risco depois de notificação da Defesa Civil. Além disso, para viabilizar a realocação de pessoas que vivem nesses locais, o texto destina parte da arrecadação ao Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social (FNHIS).

"Desastres naturais têm sido cada vez mais frequentes e severos em decorrência das mudanças climáticas, com danos humanos, materiais e ambientais", afirmou a autora da proposta, deputada Tabata Amaral (PSB_SP). "Representam elevado custo econômico, que se soma ao sofrimento pela perda de vidas", continuou.

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Finanças e Tributação; de Integração Nacional, Desenvolvimento Regional e da Amazônia; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

TCU vai checar resultado de 4.161 urnas no 1° turno das eleições

O Tribunal de Contas da União (TCU) vai conferir a integridades dos boletins impressos emitidos por uma amostra de 4,16 mil urnas após a votação, em 2 de outubro, anunciou o órgão. O boletim de urna funciona como uma espécie de extrato com todos os votos que foram digitados no equipamento. Ao final da votação, ele é impresso pela Justiça Eleitoral e disponibilizado para conferência por partidos, candidatos e eleitores.

Por meio do boletim de urna, é possível saber quantos votos recebeu cada candidato, partido ou coligação por meio de cada equipamento, que emite cinco vias do documento, cada uma com o QR Code que identifica a urna e confere a autenticidade dos dados.

Dessa maneira, ao somar os números impressos em cada boletim de cada urna, chegaria-se ao mesmo resultado da totalização oficial feita por meio eletrônico pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Diferentes instituições, como por exemplo as Forças Armadas, estão interessadas em fazer essa verificação em uma amostra das cerca de 500 mil urnas utilizadas nas Eleições 2022.

Neste ano, o procedimento foi facilitado pela Justiça Eleitoral, que prevê a publicação de uma imagem de todos os boletins de urna na internet logo após o fechamento da votação, além das cópias que já são afixadas para conferência nas seções eleitorais.

Atividade econômica cresce 0,6% em julho

A atividade econômica cresceu 0,6% em julho, em relação a junho, de acordo com o Monitor do PIB (Produto Interno Bruto, soma de todos os bens e serviços produzidos no país), apurado pela Fundação Getulio Vargas (FGV) e divulgado nesta segunda-feira.

Na comparação com julho de 2021, a economia evoluiu 3,1%, enquanto no trimestre móvel encerrado em julho a expansão foi de 3,3%. Em termos monetários, a estimativa é de que o acumulado do PIB até julho de 2022 tenha alcançado, em valores correntes, R$ 5,48 trilhões.

Na avaliação da coordenadora da pesquisa, Juliana Trece, o crescimento do PIB em julho refletiu, pelo lado da oferta, o desempenho positivo da indústria e do setor de serviços. "Serviços estão realmente puxando a economia, mas quando a gente olha pelo lado da demanda, o consumo está mais ainda impositivo; de fato, o consumo de serviços", informou Juliana à Agência Brasil.

No entanto, ainda há uma demanda reprimida, salientou. Esses dados indicam que o desempenho da economia em julho foi explicado principalmente pelo consumo, padrão que tem sido observado ao longo do ano.

Juliana lembrou que, no segundo semestre, já se esperava o início de uma desaceleração desse consumo, mas o número de julho sinaliza que a economia ainda está sendo aquecida por essa parte de serviços.

O Monitor do PIB-FGV mostra que o consumo das famílias cresceu 0,5% em julho comparado ao mês anterior. Na comparação interanual, houve expansão de 3,6% em julho. No trimestre móvel findo em julho, a evolução foi de 4,3%.

SEU DIREITO

A retomada do setor de eventos e os vícios da Portaria 7.163/2021

Por Fernando Lima e Matheus Gomes

Com a publicação da Lei 14.148/2021, em 3 de maio de 2021, deu-se início ao Programa Emergencial de Retomada do Setor de Eventos – Perse, cujo objetivo é promover ações emergenciais, e temporárias, destinadas ao setor de eventos, a fim de propiciar um ambiente mais favorável à reestruturação financeira dos contribuintes, em atenção aos efeitos econômicos e sociais da Covid-19. Entretanto, duas questões têm se mostrado problemáticas para o contribuinte que queira aderir ao benefício.

O programa possibilita a renegociação de dívidas tributárias e não tributárias, inclusive aquelas relativas ao FGTS, e trouxe inúmeros benefícios que permitem uma reestruturação mais sadia das empresas afetadas pela pandemia do Coronavírus. Alguns desses benefícios são, por exemplo, a possibilidade de parcelamento do débito em até 145 vezes, além da redução a 0%, pelo prazo de 60 meses, das alíquotas dos tributos federais PIS/Pasep, Cofins, CSLL e IRPJ, todos por um prazo de 5 anos.

Todavia, a primeira situação que vem gerando controvérsias é que, por se tratar de um programa destinado às pessoas jurídicas cuja atividade empresarial seja relacionada ao setor de eventos, a legislação delimitou, em um rol teoricamente exemplificativo, os códigos CNAEs (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) que se enquadrassem nas características do programa. No entanto, os contribuintes com CNAEs divergentes daqueles destacados na Portaria ME 7.163, mesmo que comprovadamente envolvidos no setor de eventos, não podem se beneficiar do programa.

A segunda questão é que, a despeito de a Lei 14.148/2021 não abarcar qualquer exigência acessória para adesão ao programa, além do enquadramento no setor de eventos, a Portaria ME 7.163/2021 estabeleceu que apenas as empresas com a inscrição regular no Cadastur (Lei 11.771/2008), até a publicação da norma regente, seriam elegíveis para os efeitos do programa. Isto é, o contribuinte que não estivesse devidamente cadastrado, até publicação da norma do Perse, não poderia usufruir dos benefícios ali estabelecidos.

Dessa forma, ante as negativas dos contribuintes perante a Receita Federal do Brasil, multiplicaram-se as demandas judiciais, a fim de sanar tais vícios legislativos. A jurisprudência, entretanto, não se mostra uníssona acerca dos requerimentos apresentados pelos contribuintes, mas em tribunais como o TRF-4 e TRF-5 há decisões favoráveis às empresas, aduzindo que a taxatividade e a exclusão de inúmeros CNAEs da lista apresentada pela Portaria seriam uma grave afronta ao princípio da isonomia tributária.

De mesmo modo, essas cortes vêm proferindo entendimentos de que "a exigência do Cadastur, quando da publicação, mediante ato infralegal, extrapolaria o poder de regulamentar", de modo a afastar a exigência do referido cadastro para adesão ao programa, em observância ao princípio da legalidade.

Nesse sentido, diante da controvérsia criada pela Portaria ME 7.163/2021, entende-se perfeitamente plausível a discussão judicial nos casos mencionados, com intuito de resguardar o direito de adesão ao Perse por todos os contribuintes, do setor de eventos, prejudicados com os efeitos da pandemia de Covid-19, em atenção à intenção do legislador.

Fernando Lima é advogado tributarista do escritório Lavocat Advogados.
Matheus Gomes é estagiário no escritório Lavocat Advogados.

Três perguntas: JustForYou – personalização, algoritmo e expansão

Por Jorge Priori

Divulgação JustForYou

Conversamos com Caio de Santi, CEO e fundador da JustForYou, sobre a startup especializada em produtos personalizados para cabelo.

O que faz a JustForYou?

Para que possamos chegar no que faz a JustForYou, vou contar brevemente a história de como surgiu a empresa para que você possa ver como as coisas foram se encaixando e que não foi do nada que nós começamos a fazer cosméticos e shampoos personalizados.

Essa história começou há 14 anos, sendo que a JustForYou é a terceira empresa que eu tenho. A primeira era uma empresa de tecnologia que conectava designers e publicitários a pequenas e médias empresas. Esse foi um projeto muito curto que eu vendi depois de um ano e meio. Em seguida, eu fui convidado para participar de um projeto que tinha tudo a ver com a JustForYou. Eu participei da montagem de uma indústria química que trouxe uma tecnologia canadense para ajudar as grandes indústrias brasileiras no tratamento de poluição com biotecnologia. Foi nessa empresa que eu comecei a ter contato com desenvolvimento e produção de produtos.

Em 2018, eu vendi a minha participação nessa empresa e fui passar um tempo nos Estados Unidos, onde tive a oportunidade de ir a um grande evento de inovação chamado South By Southwest. Lá havia uma trilha de aprendizagem que falava sobre produtos personalizados cuja mensagem era que quem conseguisse produzir em larga escala esse tipo de produto, iria se dar bem no futuro. Como eu já tinha experiência em produção, fiquei com aquilo na cabeça.

Depois do evento, comecei a fazer um benchmarking nos Estados Unidos com algumas empresas que estavam começando o movimento de personalização de cosméticos para cabelo e pele, ainda que de forma embrionária. Em seguida, eu vi que o Brasil era o quarto maior mercado de cosméticos do mundo e o segundo em produtos para cabelo. Como era um mercado gigantesco, e shampoo é um produto de uso diário, eu decidi testar.

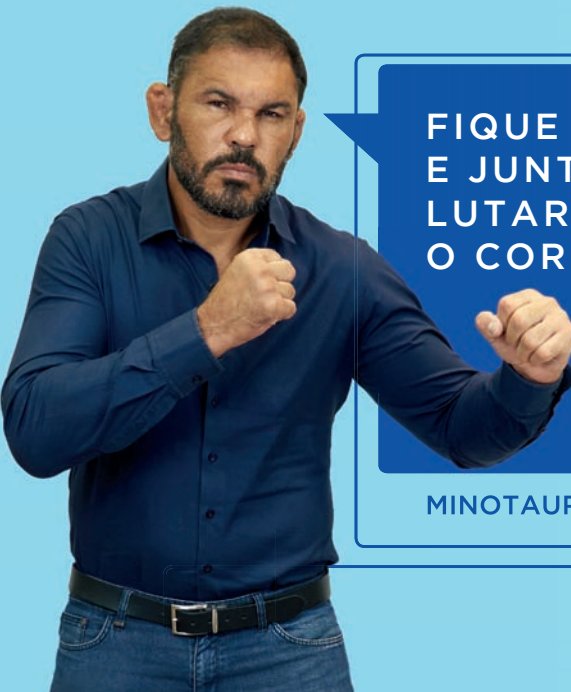
Voltei para o Brasil para montar a startup num modelo MVP (Mínimo Produto Viável). Fizemos um projeto inicial com mil e quinhentas mulheres e fomos testando o modelo, desde o produto físico quanto o algoritmo e a inteligência artificial que fazem as recomendações. Para isso, começamos a entender as necessidades físicas e fisiológicas e as rotinas das pessoas. Questões como se o cabelo era liso ou ondulado; se ele é oleoso; se a pessoa faz algum tipo de procedimento como chapinha ou tintura; se a pessoa está estressada; se come bem; se tem alergia, e o local onde ela mora, já que o cabelo tem, por exemplo, um comportamento numa região litorânea e outro numa região fria.

Uma vez que essas informações são colocadas no formulário (site), a nossa inteligência artificial pega esses dados, cruza e faz uma formulação específica para a pessoa. Hoje o nosso público é composto por 98% de mulheres. Com relação à idade, o público que mais compra recorrente vai de 25 a 40 anos. Quem compra mais rápido, mas não com a mesma recorrência, é o público teen de 15 a 21 anos.

Um ponto interessante é que os produtos feitos pela JustForYou não são muito mais caros. O nosso maior desafio é fazer com que o consumidor entenda o valor agregado. Um produto comum de prateleira normalmente trata uma dor, como hidratação ou ressecamento, sendo que nós conseguimos entender todas as dores de um consumidor. Pelo que nós entregamos, não é caro, e se compararmos com outras marcas convencionais premium de prateleira, nós acabamos sendo mais baratos.

Como o algoritmo foi configurado?

No começo, o algoritmo era a gente fazendo na mão mesmo e entendendo o comportamento das pessoas, o que gerou uma árvore de decisão de uns cinco metros quadrados. Posteriormente, o engenheiro de desenvolvimento de software começou a entender todo o comportamento que havia sido mapeado e passou a traduzi-lo para deep e machine learning.

Até hoje, nós estamos em evolução em termos de formulário, algoritmo e produto. Como tudo está interligado, se eu for mudar uma pergunta no formulário porque o time de vendas acredita que essa mudança vai vender mais, eu tenho que tomar cuidado pois isso pode contribuir para a melhora ou piora do algoritmo.

Se nós não tivéssemos o algoritmo, nós não teríamos conseguido escalar e chegar ao tamanho que chegamos. A JustForYou tem pouco mais de três anos e já fez mais de 2,5 milhões de fórmulas únicas. Por questões financeiras e de pessoas, não haveria como fazer uma análise de cada um desses pedidos sem o algoritmo.

Quais serão os próximos passos?

Por sermos especializados em produção personalizada e em algoritmos, muitas empresas de fora estão nos procurando em busca de ajuda para produzir e se adequar à regulamentação brasileira. Com isso, nós vamos lançar uma linha B2B para ajudarmos marcas nativas digitais com todas essas questões em segmentos que não sejam de cabelo, como suplementos e vitaminas. Assim, essas empresas poderão se dedicar ao seu crescimento, suas vendas e a criação da marca. Esse é o tipo de empresa que geralmente está na Série E, tem muito capital e vem para o Brasil para expandir território.

Vamos pensar numa empresa alemã que faz tratamento personalizado para acne. Quando essa empresa chega ao Brasil, ela não consegue ter uma produção personalizada, não entende a regulamentação e se depara com dificuldades com a logística. Para esse tipo de empresa, nós vamos oferecer parte do nosso espaço de 13 mil metros quadrados, nossos equipamentos e a nossa equipe, ao mesmo tempo em que expandimos as nossas marcas voltadas para cabelo.

Empresas de capital aberto divulgam os 25 principais riscos

Análise da KPMG: formulários divulgados até 31 de maio de 2021

A lista é grande envolvendo os riscos apresentados pelas empresas de capital aberto. Aspectos regulatórios, econômicos e de mercado, aos acionistas, operacionais, financeiros e de caixa são os principais fatores de risco divulgados por empresas brasileiras de capital aberto, com ações negociadas em bolsas de valores. Os dados foram citados pela maioria das 279 companhias compõem a sétima edição do estudo "Gerenciamento de riscos", elaborado pelo ACI Institute e o Board Leadership Center Brasil, ambas iniciativas da KPMG.

Outros fatores citados no estudo foram concorrência (88%), jurídicos (88%), execução da estratégia de negócios e/ou plano de investimentos (87%), de Tecnologia da Informação (79%), atuação do acionista controlador (77%), Covid-19, pandemias e saúde pública (72%) também estão entre as principais preocupações. Essa análise foi feita com base nos Formulários de Referência divulgados pelas empresas até 31 de maio de 2021, com 7.032 riscos reportados, sendo 25 considerados principais pelo levantamento.

"Os 25 fatores mais citados coincidiram com os apontados na edição anterior do estudo. A ordem dos dez mais mencionados manteve-se praticamente inalterada. Contudo, houve um aumento expressivo de menções a riscos relativos à governança inefetiva nas organizações, que saltaram de 49% em 2021 para 63% em 2022. Outros riscos que apresentaram crescimento significativo foram os de condutas ilícitas, de recursos humanos e os tributários", observa Fernanda Allegretti, sócia-diretora do ACI Institute, do Board Leadership Center Brasil e de Markets da KPMG no Brasil.

O material destacou ainda os seguintes riscos: socioambientais (71%); recursos humanos (71%); insuficiência do valor e/ou cobertura dos seguros contratados (71%); tributários (71%); inadimplência (65%); condições econômicas e de mercado internacionais (65%); mudança nas políticas governamentais sobre o setor (64%); governança inefetiva (63%); riscos associados aos gestores (59%); dependência de fornecedores (59%); condutas ilícitas (58%); questões com subsidiárias, controladas ou investidas (57%); marca e reputação da companhia ou do setor (57%); e variação no preço e/ou de disponibilidade dos insumos (54%).

Importância do levantamento

"Os riscos não devem ser enxergados apenas com o objetivo de mitigação, de eliminação, mas com o propósito de otimização sob uma lente riscos versus oportunidades. Por exemplo, vemos um aumento da preocupação com riscos derivados dos aspectos do ESG, de capital humano, da disrupção tecnológica e da inovação, ao mesmo tempo em que as oportunidades e o empreendedorismo nesses temas se desenvolvem rapidamente. Ou seja, vem crescendo a preocupação em transformar o gerenciamento de riscos em vantagem competitiva" afirma Sidney Ito, CEO do ACI Institute e do Board Leadership Center do Brasil e sócio em Riscos e Governança Corporativa da KPMG no Brasil.

O estudo traz também a análise dos fatores de risco segmenta por setores. As 70 empresas de Consumo Cíclico, por exemplo, reportaram 1.776 fatores de riscos. O mais citado refere-se à concorrência (96%). Depois aparecem as condições econômicas e de mercado nacionais e os riscos relacionados aos acionistas, ambos com 94%. No setor de Utilidade Pública, 40 companhias mencionaram 1.075 riscos, sendo que todas (100%) citaram fatores jurídicos.

Questões regulatórias também se destacaram (98%). No setor Financeiro, 49 empresas reportaram 956 riscos, sendo os regulatórios os mais citados (96%). Nos 10 fatores mais recorrentes, os riscos de governança inefetiva cresceram de 64% para 73%, passando a compor o top 10 desta edição.

O setor de Bens Industriais, com 33 empresas, apontou 788 riscos, sendo os mais citados os aspectos econômicos e de mercado (100%) e regulatórios (97%). Na área de Tecnologia da Informação, 16 empresas indicaram 552 riscos. Dentre os dez mais citados estão os riscos associados à marca e à reputação da companhia ou do setor. Em Consumo Não Cíclico, foram analisadas 20 empresas, com 527 riscos, sendo os relacionados às condições econômicas e de mercado os mais citados (100%), seguidos daqueles referentes aos acionistas (95%), operacionais (95%), concorrência (90%) e financeiros e de caixa (90%).

Setor de saúde

No setor Saúde, 18 empresas apresentaram 521 riscos. Em 2021, 80% das companhias mencionaram fatores de risco relacionados a Covid-19, pandemias e saúde pública. Em 2022, houve aumento de 14 pontos percentuais nesse quesito. Os fatores de risco ligados à Tecnologia da Informação e recursos humanos apareceram em 100% dos formulários de referência, com crescimento de sete pontos percentuais em relação ao último estudo. Materiais Básicos tiveram 478 riscos, reportados por 20 empresas. Os mais citados foram os financeiros e de caixa e os operacionais (90%).

Dez empresas do setor de Petróleo, Gás e Biocombustíveis apontaram 284 riscos. Somente os financeiros e de caixa apareceram nos formulários de referência de 100% das companhias. Em Mídia e Telecomunicações, três empresas relataram 75 riscos. Os dez mais presentes (100%) foram mencionados nos formulários de todas: recursos humanos, jurídicos, governança inefetiva, falta de inovação e/ou obsolescência tecnológica, execução da estratégia de negócios e/ou plano de investimentos, mudanças nas políticas governamentais, tecnologia da informação, questões operacionais, fatores financeiros e de caixa, e aspectos regulatórios.

Gafisa reforça posicionamento no mercado de alta renda

A incorporadora e construtora Gafisa vem reforçando junto aos seus canais de divulgação posicionamento no mercado de alta renda. Dois fatos recentes mostram isso: a empresa está sob novo comando. Henrique Blecher é o novo CEO da companhia, e acaba de acontecer a conclusão da operação de aquisição da Bait Incorporadora, do Rio de Janeiro, e que envolveu investimento de R$ 180 milhões, conforme foi anunciado ao mercado no final da semana passada.

A Gafisa, que completou 68 anos de mercado, está mudando sua a estrutura organizacional. A empresa há três anos atuava no modelo de cogestão e não tinha um CEO único à frente do negócio. E Henrique Blecher foi sócio fundador e CEO da Bait. O executivo possui cases importantes de projetos desenvolvidos com foco na geração de valor, por meio de experiências, em projetos de altíssimo padrão, com foco no público de alto padrão.

"Sua chegada irá potencializar a operação da Gafisa neste sentido, além de marcar uma gestão com foco na geração de caixa para a empresa daqui para frente", explicou a incorporadora na apresentação do executivo.

"Estamos em um momento importante de direcionamento de uma marca muito forte e valiosa e iremos utilizar todas as forças, background e know-how da Gafisa para atuarmos de forma icônica em um segmento exclusivo e de alta complexidade. Para essa transição, implantaremos uma nova cultura financeira na companhia, focada em lucro sustentável e desenvolvimento de projetos relevantes e de alto valor agregado para os nossos públicos.

Tudo isso, a partir de uma disciplina monástica de geração de caixa e buscando a diretriz de otimização do capital. Estou animado e feliz em fazer parte deste momento que será histórico para a Companhia e, em particular, para a minha carreira com mais este case inspirador, que eu tenho certeza de que será um sucesso", destaca Blecher.

Com foco nos mercados de São Paulo e Rio de Janeiro, as duas sedes da companhia atuarão de forma independente, porém com reporte direto ao CEO Henrique Blecher. Na cidade de São Paulo, permanecem na estrutura o diretor-executivo de Incorporação, Luiz Fernando Ortiz, agora com responsabilidade de gerir com Blecher a área comercial, e o diretor executivo de Engenharia, Fábio Luis Garbossa. No Rio de Janeiro, Frederico Kessler será o novo diretor-executivo de Incorporação e Cláudio Mazza, diretor executivo de Engenharia. Além disso, Gustavo Nunes assume como CFO, além da área de Relações com Investidores (RI) da companhia, e Sheyla Castro Resende segue como vice-presidente de Gestão e RH.

As unidades de negócios Viver Bem e Gafisa Capital passam a fazer parte, como áreas, da estrutura da Gafisa Incorporadora e Construtora. A Gafisa Propriedades, sob a liderança do CEO Guilherme Pesenti, segue, por ora, como unidade de negócios autônoma e com foco na aquisição, desenvolvimento e gestão de ativos imobiliários para geração de renda.

Banco Agro tem novo vice-presidente

Professor de economia e finanças e ex-secretário-executivo do Banco Central, Antônio Carlos Monteiro é o novo vice-presidente do Banco Agro. Ele assume com a intenção de ajudar a fortalecer as regras de compliance (conformidade institucional) e, principalmente, os laços com pequenos e médios produtores rurais, que integram o principal foco da instituição. "Temos uma importante sinergia profissional. Chegou para somar com sua vasta experiência e ajudar na expansão do banco", disse o CEO Ruy Rodrigues. Para ficar mais perto do seu público, o banco digital está próximo de inaugurar sua terceira agência física.

Além da Bahia, Ceará e Mato Grosso são os estados onde, em curto prazo, os produtores poderão tirar dúvidas sobre linhas de crédito e os diversos serviços oferecidos. "Temos uma oportunidade maravilhosa de mostrar que, juntos e bem orientados, os pequenos podem ser fortes", frisa Monteiro. Para tanto, ele argumenta que não basta apenas ajudar a plantar e colher.

"Além do apoio financeiro, temos que oferecer também o suporte adequado em tecnologia e agronomia. Acompanhar todo o processo e auxiliar no que for necessário para o crescimento dos nossos clientes".

Entre 1990 e 2006, Monteiro esteve no Banco Central, onde atuou como secretário-executivo e consultor da presidência, além de ter sido chefe dos departamentos das Reservas Internacionais e de Capitais Estrangeiros. Prospectar investimentos para o Brasil e ajudar na negociação da dívida externa foram algumas das outras atribuições de Monteiro. Ele foi ainda professor de finanças e economia na FGV e Ibmrc.

Fundado por produtores de soja e milho, há quase seis meses, o banco digital Agro oferece prazos curtos para a aprovação de créditos e pacote segmentado de serviços com as melhores taxas. Acesso rápido a linhas de financiamento e refinanciamento, seguros agrícola e safra, consórcio de veículos e máquinas estão entre as facilidades. O acesso pode ser através do endereço eletrônico bancoagropagamentos.com.br .

COMARCA DA CAPITAL-RJ.
JUÍZO DE DIREITO DA QUADRAGÉSIMA OITAVA VARA CÍVEL

EDITAL DE INTIMAÇÃO, com o prazo de 20 (vinte) dias, extraído da Ação Execução (0223318-30.2017.8.19.0001) proposta por BR Malls Participações S/A contra Ice Rink Company Promoções e Eventos Ltda-Me e Alfredo de Castro Neves Filho.- O DR. MAURO NICOLAU JUNIOR, Juiz de Direito, FAZ SABER a todos que o presente edital INTIMA ALFREDO DE CASTRO NEVES FILHO, para ciência das datas de **19.10.2022** e **25.10.2022, às 12:00 horas,** através do site de leilões online: www.portellaleiloes.com.br, do Leiloeiro Público **RODRIGO LOPES PORTELLA,** inscrito na JUCERJA sob o nº 055, designadas para a venda em 1º, e 2º. Leilão Online, respectivamente, dos imóveis situados na Rua Simões da Mota, nº 13, e, na Rua Conselheiro Galvão, Lote de Terreno 02 do PA 8.410, ambos em Turiaçu, Rio de Janeiro, RJ, penhorados no supramencionado autos.- RJ, 30/08/2022.- Eu, Simone Sleiman Razuck, Chefe da Serventia, o fiz digitar e subscrevo. (as.) Mauro Nicolau Junior - Juiz de Direito.

CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CIDADANIA - CEPEQ
EDITAL DE CONVOCAÇÃO – AGE

O **CENTRO DE ESTUDOS E PESQUISA EM CIDADANIA - CEPEQ** inscrito **CNPJ/MF nº 42.224.725/0001-03,** em cumprimento ao Estatuto Social, o Presidente, Srº. Jose Alfredo **dos Santos**, "**CONVOCA** os senhores associados fundadores e efetivos para participarem de Assembleia Geral Extraordinária que será realizada no **dia 07 de Outubro de 2022, às 09horas, na Rua Joulbert nº 03, Vila Isabel, Rio de Janeiro, CEP 20.560-140** para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **1)Alteração do Nome 2) Reforma do Estatuto 3)Assuntos Gerais.** A Assembleia Geral Ordinária ocorrerá conforme o Art. 8º do Estatuto, que estabelece "**quorum**" de ao menos *um quinto (1/5)* dos sócios fundadores e efetivos, em 1ª convocação, e, *um terço (1/3)* meia hora depois, em segunda convocação, com qualquer número, meia hora depois, não exigindo a lei quórum especial". Rio de Janeiro, 19/09/2022.
Presidente - Jose Alfredo dos Santos

SINDICATO DA INDÚSTRIA DE MATERIAL PLÁSTICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO DE ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL

O Presidente do **SIMPERJ – Sindicato da Indústria de Material Plástico do Estado do Rio de Janeiro –** cumprindo disposições estatutárias, convoca as Indústrias de Material Plástico sediadas na base territorial de **Duque de Caxias, Nilópolis**, **Rio de Janeiro e São João de Meriti**, para a Assembleia Geral Extraordinária no próximo dia 29 de setembro de 2022, 5ª. feira, às 14 horas em primeira convocação, ou as 14:30 horas em segunda e última convocação, com qualquer quórum, por ZOOM, que será enviado o link a todos os associados, para tomarem ciência da Pauta de Reivindicações 2022/2023, constituírem e concederem poderes à Comissão de Negociação, com estabelecimento de parâmetros, para conduzir todo o processo de negociação com o Sindicato dos Trabalhadores, **TRAQUIMFAR**, até a instauração de Dissídio, se necessário. Rio de Janeiro, 20 de setembro de 2022.
GLADSTONE SANTOS JUNIOR – Presidente.

Selic provoca divergência a um dia da reunião do Copom

Aumento da taxa, que está em 13,75%, influencia toda a economia

A taxa básica de juros da economia, a Selic, principal instrumento de política monetária utilizado pelo Banco Central (BC) para controlar a inflação, está em 13,75% ao ano. Será que vem alta por aí nesta terça-feira e quarta-feira (21) acontece a reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), do BC, quando veremos se a opção será a de manter a taxa ou seguir com a escala de aumento? As opiniões divergem um pouco.

A Selic influencia todas as taxas de juros do país, como as taxas de juros dos empréstimos, dos financiamentos e das aplicações financeiras. O Boletim Focus, divulgado nesta segunda-feira, voltou a reduzir a expectativa de inflação para este ano e 2023. A expectativa para o Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA), que mede a inflação, deste ano passou de 6,4% para 6%. Para 2023, recuou de 5,17% para 5,01%. Já a projeção para o Produto Interno Bruto (PIB) subiu de 2,39% para 2,65% em 2022 e foi mantida em 0,50% para 2023.

O economista Roberto Ivo, professor da Politécnica da UFRJ, não acredita em novo aumento da taxa na reunião desta semana. "O Bacen deve manter a Selic no mesmo patamar. Não deve haver aumento até porque esta questão de queda do IPCA está muito mais atrelada aos efeitos temporários de ICMS. Toda essa interferência governamental dentro dos preços de gasolina acaba afetando bens e serviços", explicou o economista à reportagem do Monitor Mercantil.

Perguntado sobre até que ponto a disputa eleitoral mexe com a decisão de aumentar ou manter a taxa, ele explicou que seguramente após as eleições os preços vão retornar. "Há uma expectativa de pressão inflacionária para 2023. O Bacen deverá ficar de olho porque os estados não têm capacidade de perder tanta receita do ponto de vista de ICMS. Essa jogada na verdade é temporária. Outro ponto é que o Bacen a priori está 'imune' a esse tipo de interferência política", ressaltou.

Sobre depois de janeiro, com o país já sob novo comando - ou a continuidade desse governo errático -, Ivo foi enfático: "Ele vai pegar uma terra arrasada. Há um processo estagflação. Se olharmos os principais indicadores, embora melhores que os do começo do ano com um esboço de retomada, mesmo assim têm muito problemas a serem resolvidos a começar pela educação, saúde, sanitarismo, infraestrutura, enfim".

O economista também citou os desafios fiscais. "O teto de gastos, por exemplo, vai demandar uma habilidade muito grande do próximo governo. Se esse governo continuar a gente sabe que será um período de mais um processo ou de estagnação ou depressão econômica porque a situação é insustentável em curto e médio prazo.

Outras opiniões

Rodrigo Cohen, analista de investimentos e co-fundador da Escola de Investimentos, disse na semana passada, que o mercado está bem dividido entre não subir nada nos juros e subir 0,25%. "Na minha opinião, o BC deve subir 0,25% só para mostrar postura mais cautelosa e responsável em relação à inflação. Sem contar que subir de 13,75% para 14% deixa o Brasil bem atrativo para atrair investidores", afirma.

Já Ricardo Jorge, especialista em renda fixa e sócio da Quantzed, empresa de tecnologia e educação financeira para investidores, acredita que o Banco Central irá optar pela manutenção da taxa atual de juros. "Não vão mais subir juros esse ano, essa é minha visão. Os indicadores já vinham mostrando arrefecimento da inflação e o BC no Brasil começou a subir juros mais cedo do que outras economias lá fora".

CVM: R$ 15 milhões de termos de compromisso aceitos no 2° trimestre

O Colegiado da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) aprovou, no segundo trimestre de 2022, propostas de Termo de Compromisso relacionadas a 10 processos, envolvendo 18 proponentes, cujos montantes financeiros chegaram a mais de R$ 15 milhões. No mesmo período, foram realizados 13 julgamentos de Processos Administrativos Sancionadores (PAS), que resultaram em 31 acusados penalizados com aplicação de multa, que totalizaram mais de R$ 11 milhões. Os números foram divulgados pela autarquia nesta segunda-feira.

Segundo a CVM, processos administrativos com potencial sancionador são classificados dessa forma a partir do momento em que são identificadas possíveis irregularidades na matéria tratada no processo e que poderão (em virtude da existência ou não de elementos de autoria e materialidade) resultar em: acusação, com a formulação de Termo de Acusação; proposta de instauração de Inquérito Administrativo (a ser encaminhada ao Superintendente Geral e, no caso de decisão de instauração, para a área competente analisar o caso), quando a superintendência de origem entender que tais casos são mais complexos e as investigações necessitam de maior dilação probatória; e em emissão de ofício de alerta. Por meio das áreas de supervisão da autarquia, foram emitidos 92 ofícios de alerta a partir da identificação de desvios no mercado de capitais. No primeiro semestre deste ano, foram enviados 239 documentos dessa natureza.

Indícios de pirâmides

No 2º trimestre deste ano, foram encaminhados 24 ofícios aos Ministérios Públicos nos Estados (MPE) e 13 ofícios ao Ministério Público Federal (MPF). Casos envolvendo indícios de pirâmides financeiras se destacam entre os eventuais crimes mais comunicados. Dos 37 registros no período, 20 estiveram relacionados a pirâmides. A CVM explica que pirâmides financeiras são esquemas irregulares para captação de recursos da população, em que lucros ou rendimentos são pagos com os aportes de novos participantes, que pagam para aderir à estrutura ('investimento inicial').

A adesão de novos membros expande a base da pirâmide, mas essa expansão é insustentável e, inevitavelmente, não será suficiente para pagar todos os compromissos. Atrasos nos pagamentos levarão ao desmoronamento do esquema, gerando prejuízos especialmente para os novos aderentes, que por terem ingressado mais recentemente, não terão tempo para recuperar o que foi "investido". "Pirâmides financeiras não são de competência da CVM, mas configuram crimes contra a economia popular e, por isso, são comunicados ao Ministério Público".

O Relatório da Atividade Sancionadora consolida as informações relativas à atuação da CVM proveniente da supervisão, apuração e fiscalização que resultem na prevenção ou mitigação do cometimento de eventuais ilícitos no mercado de valores mobiliários.

A atividade de aplicação e cumprimento das leis (enforcement) tem por objetivo deter a má conduta e punir aqueles que violam dispositivos legais ou regulamentares. Essa atuação é fundamental para a proteção de investidores e para a manutenção da confiança, da integridade e do desenvolvimento do mercado de capitais brasileiro.

Preço de venda de diesel para as distribuidoras segue acima do patamar de janeiro

A partir desta terça-feira o preço médio de venda de diesel A da Petrobras para as distribuidoras passará de R$ 5,19 para R$ 4,89 por litro, uma redução de R$ 0,30 por litro. Na avaliação da pesquisadora Carla Ferreira, do Instituto de Estudos Estratégicos de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (Ineep), o novo valor a ser implementado acompanha o movimento dos últimos dias do mercado internacional, tendo em vista que a média semanal do PPI (Preço de Paridade Internacional) calculado pela ANP (de 12 a 16 de setembro), foi de R$ 4,99, acima do preço anunciado.

Apesar da sequência de três reduções no preço do diesel desde o início de agosto, o preço atual aproximou-se do preço praticado em meados de maio de 2022 (R$ 4,91, o litro) mas ainda segue muito acima (46%) do patamar do início de janeiro de 2022 (R$ 3,34).

Para Deyvid Bacelar, coordenador-geral da Federação Única dos Petroleiros (FUP), o anúncio de queda do preço do diesel tem um viés eleitoreiro. "A poucos dias das eleições, aumenta o desespero de Bolsonaro de ter que divulgar uma notícia eleitoreira a cada semana", diz

Justificativa da Petrobras

"Considerando a mistura obrigatória de 90% de diesel A e 10% de biodiesel para a composição do diesel comercializado nos postos, a parcela da Petrobras no preço ao consumidor passará de R$ 4,67, em média, para R$ 4,40 a cada litro vendido na bomba", destacou em nota a petroleira. Para a Petrobras, a redução acompanha a evolução dos preços de referência e é coerente com a prática de preços da companhia que busca o equilíbrio dos seus preços com o mercado, mas sem o repasse para os preços internos da volatilidade conjuntural das cotações e da taxa de câmbio.

SALOBO METAIS S.A.
(Companhia Fechada)
CNPJ/ME nº 33.931.478/0001-94 - NIRE nº 33.3.0016452-9

VALE

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADAS EM 29 DE JULHO DE 2022

No dia 29 de julho de 2022, às 13:00 horas, foi realizada a assembleia geral extraordinária Salobo Metais S.A. ("Companhia" ou "Salobo") de forma digital, e aprovou **(i)** da ratificação da outorga, pela Companhia, em 01/01/2021, de procuração aos representantes da Mesa de Operações Financeiras da Vale; **(ii)** da autorização da prática de atos a serem realizados ao longo do exercício social de 2021 por representantes da Mesa de Operações Financeiras da Vale em consonância com a procuração referida anteriormente, respeitado o limite de até US$ 500.000.000,00 (quinhentos milhões de dólares) ou seu equivalente em qualquer moeda, por transação; **(iii)** da ratificação da outorga, pela Companhia, em 18/11/2020, de procuração aos representantes da Equipe Financeira da Vale; **(iv)** da autorização da prática de atos a serem realizados ao longo do exercício social de 2021 por representantes da Equipe Financeira da Vale em consonância com a procuração referida anteriormente, respeitados os limites indicados em tal instrumento de mandato, e **(vi)** da ratificação de repasses de recursos aprovados pela Companhia no exercício de 2020. O ato foi registrado na JUCERJA em 12/09/2022 SOB O NÚMERO 00005084875 e sua versão na íntegra está disponível no site: https://monitormercantil.com.br/caderno-digital/

COLLETT & SONS S/A – ENGENHARIA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA
CNPJ 33.163.924/0001-68 / NIRE 3330016133-3

Ata da Assembléia Geral Ordinária realizada em 26 de Abril de 2022.

1. Local e Hora: Realizada no escritório administrativo da empresa na Rua da Ajuda,, nº 35 Salas 2801, Centro, Rio de Janeiro – RJ, às 10:00 horas, do dia 26 de abril de 2022. 2. Quórum: Presentes acionistas representando a totalidade do capital social com direito a voto, conforme lista de presença lavrada no livro próprio. 3. Mesa: Presidente: Sr. Ricardo Linhares Colares; Secretário: Sr. Renardo Linhares Colares. 4. Convocações: Em face da presença da totalidade dos acionistas, fica dispensada a publicação de edital de convocação e do aviso a que se refere o art. 133 da Lei 6404/76, nos termos do art. 124, parágrafo quarto, da Lei 6.404/76. 5. Publicações: O Relatório da Administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021, foram publicados no Diário Oficial do Estado do RJ, parte V, página 4 e no Monitor Mercantil, página 7 ambos na data de 26/04/2022, e de forma digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do link https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br conforme autorização do art. 133, parágrafo quarto, da Lei 6404/76. 6. Deliberações tomadas: **Em Assembleia Geral Ordinária:** À unanimidade, decidem os acionistas: **(i)** Aprovar as contas e o relatório da Administração, o balanço patrimonial e demais demonstrações financeiras referentes ao exercício encerrado em 31/12/2021. **(ii)** Considerando que a Companhia registrou, no exercício social encerrado em 31/12/2021, um prejuízo de R$ 291.048,00 (Duzentos e noventa e um mil e quarenta e oito reais e trezentos e setenta e sete mil e setecentos e doze reais). **(iii)** Fixar a remuneração global anual dos Administradores em até R$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais), ficando a cargo da Diretoria a distribuição de tal valor entre seus membros. 7. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, suspendeu-se a Assembleia pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma sumária, que, lida e aprovada, foi assinada por todos os acionistas. 8. Acionistas Presentes: Ricardo Linhares Colares e Renardo Linhares Colares. A presente ata da Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2022, é cópia fiel da transcrita no livro próprio. Rio de Janeiro, 26 de abril de 2022. **Ricardo Linhares Colares -** Presidente; **Renardo Linhares Colares -** Secretário. **Certidão:** Jucerja reg. sob o nº 00004866008 em 29/04/2022. **Jorge Paulo Magdaleno Filho** - Secretário Geral.

SINDICATO DOS PUBLICITÁRIOS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Assembleia Geral Ordinária
Campanha Salarial 2022/2023

O Presidente do Sindicato dos Publicitários do Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições estatutárias, convoca todos os integrantes da Categoria Profissional de Publicidade: trabalhadores em Agências de Propaganda, em Empresas de Mídia Eletrônica, em Empresas de Publicidade Exterior, em Departamentos Comerciais de Rádio e Televisão, em Empresas Editoras de Listas Telefônicas e Guias Informativos e em Empresas que contratam Profissionais de Publicidade e afins de acordo com a Lei nº 4.680, associados ou não, para a Assembleia Geral Ordinária Virtual, com a seguinte Ordem do Dia:

1 - Discussão e aprovação da Convenção Coletiva de Trabalho, proposta para o período de 01/11/2022 a 31/10/2023, a ser enviada aos Sindicatos Patronais, cláusula por cláusula, inclusive a da Contribuição Assistencial;

2 - Autorização para a Diretoria do Sindicato celebrar Acordos Coletivos e/ou suscitar Dissídios Coletivos perante o Ministério da Economia - Sec. de Trabalho e Emprego, caso não haja concordância por parte dos respectivos Sindicatos Patronais.

Dia: 28 de setembro de 2022.
Link: meet.google.com/kcj-vrdv-fzj
Horário: às 11h em 1ª convocação e às 11:30 em 2ª e última convocação, com qualquer número de presentes.

Rio de Janeiro, 19 de setembro de 2022.
José Agenilson Santos
Presidente